



USO IDEOLÓGICO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CONSOLIDAÇÃO DO EXTREMISMO DE DIREITA NO BRASIL

Lourdes Karoline Almeida Silva¹

Resumo

Este ensaio analisa reflexivamente, pelo conceito arendtiano de banalidade do mal, a atuação do governo Bolsonaro na disseminação, intencional e deliberada, da Covid-19, através da ideologização partidária da pandemia. A análise assenta-se na compreensão arendtiana, que ensina a lidar com a realidade na produção de significados. Também foram trabalhados matérias jornalísticas nacionais e documentos oficiais sobre a pandemia. O governo Bolsonaro executou necropolítica, transformando a pandemia em um palanque político, mediante mentiras e discursos de ódio. A competitividade de Bolsonaro no pleito presidencial de 2022 revelou a catástrofe moral brasileira, com uma parcela significativa da população apoiando a mercantilização da morte. A gestão pandêmica bolsonarista consolidou o extremismo de direita no Brasil, sendo um legado totalitário de “se tudo é possível, tudo pode ser destruído”.

Palavras-chave: Banalidade do mal; ideologização partidária; extremismo de direita; mercantilização da morte; catástrofe moral.

IDEOLOGICAL USE OF THE COVID-19 PANDEMIC IN THE CONSOLIDATION OF RIGHT-WING EXTREMISM IN BRAZIL

Abstract

This essay reflexively analyzes, through Arendt's concept of the banality of evil, the Bolsonaro government's role in the intentional and deliberate dissemination of Covid-19, through the partisan ideologization of the pandemic. The analysis is based on Arendtian understanding, which teaches how to deal with reality in the production of meanings. National journalistic articles and official documents about the pandemic were also worked on. The Bolsonaro government carried out necropolitics, transforming the pandemic into a political platform, through lies and hate speech. Bolsonaro's competitiveness in the 2022 presidential election revealed Brazil's moral catastrophe, with a significant portion of the population supporting the commodification of death. The Bolsonarist pandemic management consolidated right-wing extremism in Brazil, being a totalitarian legacy of “if everything is possible, everything can be destroyed”.

Keywords: Banality of evil; party ideologization; right-wing extremism; commodification of death; moral catastrophe.

Artigo recebido em: 31/10/2024 Aprovado em: 30/04/2025
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v29n1.2025.15>

¹ Graduada em Ciências Sociais. Doutora e mestra em Políticas Públicas (UFPI). Professora efetiva do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: lourdeskaroline@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio analisa reflexivamente, pelo conceito arendtiano de banalidade do mal, a atuação do governo Bolsonaro na disseminação da Covid-19, focando na ideologização partidária da pandemia covidiana quanto ao legado totalitário do “tudo é possível”. Nesse sentido, compreende-se que o referido governo atuou mediante manipulação ideológica assentada em mentiras e discursos de ódio, utilizando a pandemia como palanque eleitoral, através do terror físico (doença e mortes) e moral. Assim, transformou uma catástrofe sanitária em catástrofe moral. Tanto que se manteve competitivo durante todo o pleito presidencial de 2022, perdendo as eleições por uma diferença de um pouco mais de dois milhões de votos¹.

O Governo Federal sob Bolsonaro priorizou, deliberada e intencionalmente, o falso dilema entre economia e vida, causando mortes políticas. Estas poderiam ter sido evitadas com decisões pautadas na Constituição de 1988. Ideologizou e mercantilizou a Covid-19 e as mortes covidianas. Preferiu o trato com poucos, distorcendo a verdadeira esfera política do “livre-conversar-sobre-alguma-coisa-com-outros” (Arendt, 2022c, p. 61). Consolidou o extremismo de direita no Brasil, objetivando a destruição da pluralidade humana, no combate a inimigos objetivos, como os comunistas e os professores doutrinadores.

Em outras palavras, a ideologização partidária bolsonarista da pandemia covidiana foi um produto socioeconômico, político, cultural e religioso do avanço internacional da extrema-direita e suas educação e política para e da morte, que visam a descartabilidade humana. Pois o padrão moral do extremismo de direita (homem, branco, heterossexual, burguês, conservador e cristão) promove a exclusão e/ou eliminação física e/ou simbólica das diferenças (Alonso, 2019).

O método aqui utilizado é o compreensivo arendtiano do provocar e ser provocado como um meio de exposição dos conflitos reais e relevantes encobertos socialmente. Destaca as circunstâncias e a realidade da vida e do mundo, “com suas catástrofes políticas, seus desastres morais [...]” (Arendt, 2008, p. 07). O extremismo de direita, em sua versão bolsonarista, é uma catástrofe política e moral de “tempos sombrios”, que adentram quando a luz é extinguida pelas mentiras, tirando o sentido da verdade. Por isso, a necessidade de descrever conceitualmente as experiências históricas.

A compreensão arendtiana ensina a lidar com a realidade, produzindo significados no próprio processo de vida, à medida que se tenta reconciliar com os feitos e sofrimentos. O processo de compreensão é também de autocompreensão, permitindo as inúmeras tentativas de sentir-se em casa no mundo (Arendt, 1993, 2012). Para melhor compreensão do objeto em pauta, foram utilizados

matérias jornalísticas nacionais e documentos oficiais, como o relatório do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA, 2021), da Faculdade de Saúde Pública da USP, e o da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia (Brasil, 2021).

2 EXTREMISMO DE DIREITA E A BANALIDADE DO MAL

O extremismo de direita é, em linhas gerais, politicamente indiferente quanto à pluralidade humana e à responsabilização pelo mundo em comum compartilhado por todos. No âmbito dessa indiferença – segundo Arendt (2021), a indiferença é o verdadeiro contrário de bem – rotiniza e banaliza o espetáculo do sofrimento, da tortura, da violência, da morte e do mal, executando necropolítica (Mbembe, 2016).

A banalização do mal parte do método da familiarização das pessoas com a ideia acerca do extermínio. Ensina a resistência ao “não-matar”, destituindo o mal de sua qualidade de tentação sobrenatural. No Brasil, a rotinização da morte e do mal deu-se, principalmente, com a veiculação midiática diária das ações e falas de Bolsonaro sobre a pandemia, as quais reverberaram socio-politicamente. Isso porque o mal banal é praticado por pessoas, terrível e assustadoramente, normais. Mas, hostis ao gênero humano. Assim, cometem seus crimes em circunstâncias que impossibilitam a elas saberem ou sentirem que estão agindo de modo errado, por serem destituídas de imaginação, reflexão e pensamento autônomo (Arendt, 1999, 2012, 2021).

No Brasil, no final de 2020, quando ainda não havia vacinas disponíveis, o portal G1 de 31/12/2020 veiculou a seguinte matéria: “Em meio à pandemia, Brasil tem festas e aglomerações com a proximidade do ano novo²”. A matéria relatou festas sem o uso de máscaras em seis estados brasileiros, como os casos no litoral sul de Alagoas, no qual uma mulher gritou “me entuba”; e no sul da Bahia, com aproximadamente 700 pessoas, encerrada pela Polícia Militar. Esses relatos exemplificam a desassociação das pessoas da realidade pela sociedade massificada capitalista, devido às incapacidades de encarar a realidade e de pensar do ponto de vista do outro.

Outras características do mal banal são: burocracia, mercantilização e fábricas da morte (Arendt, 1999). A mercantilização da morte, do morrer e do luto (Veras, 2015) traz embutidos o temor e a negação da morte, do morto e o seu esquecimento, levando à maquiagem da morte, com o seu novo modo de consumo, significando estilos de vida, morte e luto. O “Brasil do desemprego recorde tem vagas em fábricas de caixão³”, conforme título da matéria publicada no *site* BBC News Brasil, de 13/04/2021. A matéria apresentou dados sobre jornada de trabalho, suspensão das férias e aumento da equipe de funcionários e da produtividade para atender ao aumento da demanda. Pois as mortes,

no país, no primeiro ano pandêmico, ficaram 31% acima da média e 13,7% acima das mortes registradas em 2019.

Quanto à ação burocrática desumanizadora, têm-se as falas de Bolsonaro, nos dias 20/04/2020, para o qual, as mortes covidianas de 2.557 pessoas não o tornavam um coveiro⁴. No dia 28/04/2020, ao ser questionado sobre o número de mortes brasileiras (5.017) por Covid-19 ter ultrapassado o da China (4.643), ele disse: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? [...]. A gente lamenta a situação que nós estamos atravessando com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos que em grande parte eram pessoas idosas, tá ok? Mas é a vida. Amanhã vou eu⁵”.

Essas falas refletem a perda de identidade e a desumanização, propiciadas pelo distanciamento dos objetos visados pela operação burocrática, que transformam seres humanos em cifras (Bauman, 1998). Por exemplo, a contagem de mortos covidianos realizada pelo Ministério da Saúde, sob coordenação do médico Nelson Teich. Na entrevista referida acima, Bolsonaro, discutindo os números pandêmicos, disse: “o ministro que apresenta. Ele pegou o ministério andando. As mortes de hoje, a princípio, essas pessoas foram infectadas há duas semanas. A princípio. É o que eu digo para vocês: o vírus vai atingir 70% da população. Infelizmente é uma realidade”.

Os objetos desumanizados somente são relevantes para a administração burocrática, na relação entre eficiência e diminuição dos custos produtivos. Bolsonaro elegeu-se mediante o projeto de destruição da corrupção no sistema político brasileiro, para que o país voltasse a ser dos “cidadãos de bem”. Se para isso, algumas centenas de milhares de pessoas morreriam, não havia o que fazer. Apenas lamentar. O que realmente importava era a legitimação do projeto ideológico com o apoio eficiente da burocracia estatal e do imobilismo social (Bauman, 1998; Arendt, 1999).

Para Arendt (2012), a partir do século XIX, consolidou-se um novo fenômeno: a recusa burguesa de encarar a realidade e seu deslumbre pelo fascinante “anormal”. No século XX, no sistema em que todos os seres humanos são igualmente supérfluos, surgiu o totalitarismo como uma forma horrenda e nova de governo, a única com a qual é impossível coexistir. Em seus estágios finais, desenvolveu o mal banal, não atribuível a motivos humanos compreensíveis, usando, aparentemente sem sentido, o terror. Por isso, imperdoável e impunível. A experiência totalitária demonstrou que o valor propagandístico do mal e o desprezo geral pelos padrões morais independem do interesse pessoal.

Por exemplo, no Amapá, no primeiro ano pandêmico, além do número insuficiente de vagas em hospitais, a população sofreu com a escassez de mão de obra médica, especialmente, os povos indígenas (Muniz, 2020). Quanto à educação pública, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021, p. 73), a pandemia causou a “maior adversidade, até então, enfrentada pela

educação básica brasileira na garantia de acesso à escola de todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade”. Mesmo assim, Bolsonaro quase reelegeu-se em 2022.

Segundo Arendt (1999; 2012), os elementos e as soluções totalitárias não desapareceram com a morte de seus líderes, sobrevivendo à queda dos regimes totalitários. Estes foram antecidos pelos movimentos totalitários, que dependiam da força bruta da sociedade massificada, atomizada, isolada, desprovida de relações sociais normais, inconstante e esquecida. O homem massificado é o burguês que, em meio às ruínas do seu mundo, ressent-se contra tudo o que não pode compreender. Ele cuida mais da própria segurança e sacrifica tudo a qualquer momento, permitindo a destruição fácil de sua privacidade e moralidade pessoal.

O isolamento social alimenta a irrealidade e a incredibilidade da expressão da crueldade que está além da linguagem humana. Visa destruir e aniquilar, fria e sistematicamente, corpos e dignidade humanos. A superfluidade da vida humana resulta das condições socioeconômicas, como desemprego em massa e crescimento populacional, em um contexto de crescente miséria e desamparo individual, rotinizando frustração e ressentimentos. A falta de educação política é perigosa. Pois, as massas refletem e pervertem os padrões e atitudes de todas as classes quanto aos negócios públicos. A crença totalitária de que tudo é possível provou que tudo pode ser destruído. Esse é o legado de destruição herdado por Bolsonaro e pelo bolsonarismo.

3 REMEMORAÇÃO E PENSAMENTO PARA A COMPREENSÃO DA BANALIDADE DO MAL

Para os/as sobreviventes e testemunhas pandêmicos covidianos, em 2020, o futuro repetiu o passado, “[n]um museu de grandes novidades⁶”. Mais de 700 mil mortes político-covidianas, no Brasil, que poderiam ter sido evitadas. Figurativamente, o país foi metralhado pelo ressentimento, pelo desprezo e pela indiferença (que mata) de “ideias que não correspondem aos fatos”, “pois assim se ganha mais dinheiro”.

O ano de 2020 nos fez ver o que Arendt, no século XX, alertava: a separação entre pensamento e realidade – “a praga da história ocidental” (Arendt, 2011, p. 230) – e a opacidade desta última à luz do pensamento. No método arendtiano, a obtenção de conhecimentos sobre os acontecimentos entre os homens no espaço público-político é uma necessidade. A Ciência Política tem nos acontecimentos, passados e presentes, seus únicos, verdadeiros e confiáveis instrutores. Ou seja, a única forma de entendimento da política são os acontecimentos do mundo (Arendt, 2021).

Por mais que não se possa dominar ou desfazer o passado, pode-se reconciliar com ele, através do aprendizado da convivência com os mortos, que permite a realização da rememoração (Arendt, 2018; Woolf, 2022). O período que abarca março de 2020 a março de 2021 é um passado

muito recente, que não pode ser dominado, desfeito e esquecido. A morte, “um destino humano geral, [...], que um dia retira os homens, como iguais, do mundo” (Arendt, 2021, p. 173), é inevitavelmente desconfortável, especialmente, na aridez da ausência do pensamento. Por mais que tenha sido silenciada no Ocidente, a morte continua provocando “o medo e com ele, a reflexão” (Camus, 2022, p. 27).

Em março de 2020 instaurou-se o pânico frente ao desconhecido mortal. A morte sem a mordida que lhe silenciava gritou. Mas, o Brasil não podia parar, conforme o *slogan*⁷ do governo Bolsonaro, que defendia o fim da medida não farmacológica do “isolamento social”, adotada pelos estados e municípios como forma de contenção da Covid-19. Um exemplo gritante da separação entre pensamento e realidade de um governo que escolheu matar.

Para Camus (2022), a desgraça são acontecimentos imprevisíveis e quando acontece convoca reuniões, promove deliberações, exige medidas das mais simples às mais radicais, fomenta a compreensão de um fenômeno ameaçador e interpela a esfera pública. Nisso encontra-se o pensamento, “a parte mais vital e vívida da realidade” (Arendt, 2009, p. 36). Portanto, pensar os acontecimentos pandêmicos covidianos e o Governo Bolsonaro, como um mercador da morte, é uma necessidade para compreensão do acontecido, possibilitando a reconciliação com a realidade, para se estar em paz com o mundo.

Na compreensão do acontecido, esmiuça-se “a maior prerrogativa do homem”, que é a “grandeza de ser maior do que qualquer coisa fabricada” (Arendt, 2018, p. 58). Contudo, neste ensaio, compreende-se que Bolsonaro, na esfera da política, onde não se distingue o ser da aparência, mostrou pequenez (Arendt, 2008, 2011). Qual a relevância da pequenez de um homem para a Ciência Política e para as Políticas Públicas? No percurso de seu mandato presidencial, ele, o seu governo e todo o povo brasileiro se viram confrontados com a pior crise sanitária dos últimos 102 anos. Uma circunstância impiedosa. Como diz Burke (1982, p. 50), “São as circunstâncias que fazem os sistemas políticos bons ou nocivos à humanidade”.

No esforço de responder à questão acima, primeiramente, cabe compreender a vitória de Bolsonaro, em 2018, para presidente do Brasil. Arendt (2022a), partindo da concepção aristotélica de liberdade, afirma que quando os homens agem conjuntamente, a liberdade é denominada poder. O contrário de poder é impotência. Esta é isolamento. A autora, ao distinguir violência e poder, pontua que o poder sempre depende dos números. Pois é uma habilidade humana para ação em conjunto, pertence ao grupo e só existe enquanto o grupo é conservado unido. Dessa forma, a vitória de Bolsonaro e, enfaticamente, do bolsonarismo, é um problema muito mais complexo, já que ele foi “empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome” (Arendt, 2022a, p. 55).

Um poder confiado a um novo depositário, que conhecia pouco ou nada dos princípios do poder, das suas características e disposições, sendo um dos menos capazes de ação (Burke, 1982). Bolsonaro iniciou uma nova crise na política e na moral brasileiras, esfacelando os direitos constitucionais à vida, à saúde e à dignidade. Não dialogou com a realidade, desconsiderou as circunstâncias, agiu inconstitucionalmente e não honrou, em parte, o poder a ele depositado. Diz-se em parte, pois, ele honrou os/as seus/suas apoiadores/as inabaláveis, que refletem e pervertem os padrões e atitudes de todas as classes quanto aos negócios públicos.

Bolsonaro, em sua pequenez, como um Chico Brito⁸, fez da mentira “seu melhor esporte”. Segundo o *site* Aos Fatos⁹, até o dia 30/12/2022, ele deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas. Duas das mentiras que mais repetiu durante seu mandato presidencial referem-se à pandemia: sua desautorização pelo Superior Tribunal Federal (STF), repetida 139 vezes e o falso dilema entre economia e vida, repetido 115 vezes.

O totalitarismo e o seu legado, o extremismo de direita necessitam do terror como instrumento político para realização de sua ideologia, que deve ser majoritariamente aderida. Por isso, a importância de saber por que muitos acreditam em mentiras. Uma das respostas arendtianas é a incompreensão do passado que, em parte, é responsável pela subestimação dos perigos reais e dos que estão por vir. O governo Bolsonaro utilizou a pandemia covidiana como instrumento do terror, amplificando-a, para esconder os inúmeros problemas que era incapaz de resolver e para obter vantagens econômicas pessoais, como o episódio do atraso na compra das vacinas. Tal comportamento é contrário ao que Arendt (2021, p. 507) defende como o critério decisivo para os atos políticos, o da clareza da motivação: se “pelo mundo ou por você”. Nesse sentido, Bolsonaro não agiu politicamente, pois preocupava-se apenas consigo mesmo e não com o mundo.

O futuro, repetindo o passado, rememorou a pandemia da gripe espanhola de 1918, quanto à inexistência de uma ação coordenada e permanente que englobasse a saúde pública nacional (Schwarcz; Starling, 2022). Para MBembe (2016, p. 123), a necropolítica admite que, em geral, a soberania consiste no direito de matar, no controle sobre a mortalidade e na definição da “vida como a implantação e manifestação de poder”. Através da necropolítica cria-se “mundos de morte”, cujas populações, submetidas a determinadas condições de vida, adquirem o *status* de “mortos-vivos”.

O perfil das vítimas covidianas, no Brasil, entrelaçou-se com as condições sociais adversas que colocam grupos socialmente desvalorizados e vulneráveis em maior risco no processo de adoecimento. No ditar quem pode viver e quem deve morrer, as desigualdades sociais brasileiras exponenciaram a pandemia e por esta foram agravadas (Singer *et al*, 2006). A Covid-19 não foi democrática no adoecer, no morrer e na morte, afetando, sobremaneira, os grupos em situação de

vulnerabilidade, como mulheres e a população negra. Ao se estar à margem da sociedade, há imensa dificuldade de acesso a direitos básicos como saúde (Matta *et al*, 2021).

4 A ESFERA POLÍTICA E A IDEOLOGIZAÇÃO PARTIDÁRIA DA PANDEMIA COVIDIANA

Bolsonaro foi considerado, por muito tempo, “uma figura sem maiores consequências” (Arendt, 2008, p. 68), que redundava “somente em palavras vazias” (Arendt, 2008, p. 75). Uma figura eleita presidente da República, fazendo uso de:

- discursos de ódio, tais como estes apresentados no jornal DW Brasil de 29/10/2018¹⁰: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”; “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”; “[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado”; “Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso”; e “Como eu estava solteiro na época, esse dinheiro do auxílio-moradia eu usava para comer gente”;
- mentiras, como as compiladas no jornal *El País* Brasil de 19/10/2018¹¹: o “kit gay” distribuído nas escolas para crianças de 6 anos; que Adélio Bispo, acusado de esfaquear Bolsonaro em 2018, era filiado ao PT e que aparecia em uma foto com Lula; que uma senhora eleitora de Bolsonaro havia sido agredida, sendo divulgada a foto da atriz Beatriz Segall como a vítima em questão; que Haddad, então candidato à presidência, defendia o incesto e o comunismo em um de seus livros e, se fosse eleito, legalizaria a pedofilia;
- não participação nos debates entre os candidatos presidenciais. Bolsonaro compareceu apenas no debate do dia 09/08/2018, sendo que em 23/08, o então presidente em exercício do Partido Social Liberal (PSL), Gustavo Bebianno, anunciou que ele não participaria de novos debates. No segundo turno, não houve debate entre os presidenciais, devido ao esfaqueamento que ele sofreu, em Minas Gerais.

Bolsonaro, durante as eleições de 2018, aviltou a coisa política, com os usos: dos discursos de ódio que objetivam a eliminação do convívio com os diferentes; das mentiras que alheiam e distorcem a realidade; e da não participação nos debates políticos, promovendo uma espécie de silenciamento. Pois onde cessa o falar, cessa a política, pela não existência do conversar e do convencimento mútuos (Arendt, 2022a, b, c).

Em 17/03/2019, já presidente, em um jantar na Embaixada do Brasil em Washington nos EUA, conforme noticiado na seção Política da Revista Veja de 19/03/2019¹², Bolsonaro disse que “O

Brasil não é um terreno aberto, onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. [...]. Nós temos de desconstruir muita coisa, de desfazer muita coisa para depois recomeçarmos a fazer”. Foi isso que ele fez ao longo de seu governo, sobretudo, a implementação da crença totalitária do “tudo pode ser destruído”, através da destruição de direitos constitucionais e de políticas públicas, especialmente, as de saúde.

A pandemia antes de adentrar o Brasil, já tinha iniciado cenas de morte e desespero em outros países como a Itália. Mesmo assim, o governo brasileiro não tomou as medidas necessárias de contenção do vírus, minimizando a gravidade e a letalidade da Covid-19 e difundindo o falso dilema entre economia e vida. Em uma conferência com empresários, em 20/03/2020, disse: “Temos que ter responsabilidade de fazer tudo em cima de um planejamento. A economia não pode parar. Afinal de contas, não basta termos meios se não tivermos como levá-los ao local onde serão usados”. Para isso, “Precisamos movimentar a economia senão a catástrofe virá de verdade¹³”.

Em 30/03/2020, disse: “Vai morrer gente, como tem morrido algumas pessoas. Teremos uma crise maior? Poderemos ter uma crise. Mas temos um outro problema, o desemprego. E tem que ser tratado com igual responsabilidade: o vírus e a questão do desemprego”. Pois, “Não é apenas questão de vida, mas de economia também¹⁴”. Segundo Schwarcz e Starling (2020, p. 95), “Fingir que uma epidemia não existe significa empurrar a economia à custa da população em risco”, mediante uma “política oficial de avestruz” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 166).

Para Aristóteles (2006), o objetivo principal da política é pôr a vida em segurança, não apenas viver juntos, mas bem viver juntos. Bolsonaro não esteve diante do dilema economia *versus* vida, como se estivesse em um impasse cotidiano trivial. Conforme Arendt (2021), no pensamento político da Antiguidade Grega, que embasa a tradição filosófica e política ocidental, a economia se associava ao que era necessário para o sustento e a conservação da vida. Nesse sentido, o impasse criado pelo governo Bolsonaro entre economia e vida foi uma farsa, que visou dismantlar a implementação das medidas de contenção do vírus pandêmico, em prol dos interesses privados do empresariado.

A esfera público-política é o anfiteatro em que a liberdade, enquanto virtuosismo, pode aparecer, constituindo uma realidade concreta/manifesta. Sendo que “Tudo o que acontece nesse espaço de aparecimento é político por definição, mesmo quando não é um produto direto da ação” (Arendt, 2009, p. 201). Quanto a isso, teve-se a questão da “politização da vacina”. No Jornal da Universidade de Campinas (Unicamp) de 21/10/2020, foi publicada uma matéria intitulada “Politização da vacina afronta ciência e coloca vidas em risco¹⁵”. No Jornal da Universidade de São Paulo (USP) de 10/12/2020, foi publicado o artigo “Politização da vacina contra covid-19 é estratégia para eleições

presidenciais¹⁶". Os jornais de grande circulação também publicaram matérias sobre a questão, como o Estadão, que em 09/02/2021, perguntou o significado de "politização da saúde¹⁷".

O que a imprensa, políticos profissionais, acadêmicos e parte da sociedade chamaram de "politização da vacina" começou com a tomada de iniciativa do governador de São Paulo, na época, João Dória (PSDB), ex-aliado de Bolsonaro, em comprar a vacina Coronavac, em uma parceria China-Brasil, através do Instituto Butantan, frente à inércia do Governo Federal. Em 27/07/2020, após o anúncio da produção da vacina contra a Covid-19, que, no período, estava na fase 3 de testes em humanos, Dória disse: "Já no final do ano, não havendo intercorrências na terceira fase de testes, poderemos iniciar a produção da vacina em dezembro e imediatamente iniciar a vacinação de milhões de brasileiros¹⁸". A partir disso, Dória e Bolsonaro estiveram em disputa por causa da vacina contra a Covid-19, mirando, claramente, as eleições presidenciais de 2022.

Em 20/10/2020, Eduardo Pazuello, então ministro da Saúde, anunciou a compra de 46 milhões de doses da vacina Coronavac, um investimento no valor de R\$ 2 bilhões. O Governo Federal já havia realizado um acordo de aquisição de duas vacinas que estavam em fase de desenvolvimento assim como a Coronavac: AstraZeneca e Covaxin. Esta última esteve no centro de uma denúncia de corrupção que será falada adiante. Contudo, um dia depois, Bolsonaro, contrariando seu ministro, disse:

Para o meu governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser comprovada cientificamente pelo Ministério da Saúde e certificada pela Anvisa. O povo brasileiro não será cobaia de ninguém. Não se justifica um bilionário aporte financeiro num medicamento que sequer ultrapassou sua fase de testagem. Diante do exposto, minha decisão é de não adquirir a referida vacina.¹⁹

Em novembro de 2020, quando, por ordem da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os testes com o imunizante Coronavac foram suspensos para análise de um caso adverso ocorrido com um voluntário, Bolsonaro, ao responder um seguidor no *Facebook*, em 10/11, escreveu: "Morte, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o Dória queria obrigar a todos os paulistanos tomá-la. O presidente disse que a vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha²⁰". Como um presidente de um país torce contra a única medida que poderia dar fim à enormidade pandêmica?

A questão da vacina contra a Covid-19 foi/é uma questão política, posto ser um assunto humano inerente ao grande acontecimento sanitário da nossa época. A politização da vacina iniciada por Dória foi extremamente necessária e oportuna para iniciar o processo que promoveu a discussão pública pela celeridade na compra e distribuição dos imunizantes contra a doença. A politização da vacina não pôs vidas em risco, se for entendido, juntamente com Arendt (2018), o significado da participação nos assuntos públicos para a felicidade humana. O debate público da compra das vacinas,

ao longo do segundo semestre de 2020, possibilitou formar um sentimento público pela problemática, pressionando o governo federal a finalmente efetivar a aquisição dos imunizantes.

Doria tinha a intenção de ser o candidato à presidência da República pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Como um homem atuante na esfera política, ele, ao buscar ser aquele que, em uma empreitada heroica, trouxe a vacina contra uma morte terrível, desejava se distinguir de Bolsonaro, para ser visto, ouvido, conhecido, lembrado e escolhido pelo povo brasileiro para ser o seu presidente. Por outro lado, Bolsonaro, enquanto presidente, agiu como um autocrata, que “não tem mais o desejo de excelência e carece de toda paixão pela distinção” (Arendt, 2018, p. 30).

O Governo Bolsonaro pautou-se na violência, a qual abriga em si, o elemento da arbitrariedade, apresentando, ao aproximar de seu domínio, a “imprevisibilidade onipotente” (Arendt, 2022a, p. 19). Ainda mais, tendo em conta o perigo de não se parar para pensar. Sobretudo durante um evento que interrompeu os “processos e procedimentos de rotina” (Arendt, 2022a, p. 21) e que foi mesclado à transformação de hipóteses em fatos pseudocientíficos, como o incentivo governamental da imunidade de rebanho para superação da tragédia covidiana. A arbitrariedade da violência negligencia o questionamento das obviedades, por embutir-se na manipulação, que impede a percepção da realidade das coisas, como o fato de a economia estar a serviço da vida.

A violência também se diferencia de autoridade, entendida como o reconhecimento inquestionado que dispensa coerção e persuasão, cujo calcanhar de Aquiles é o desprezo. Dessa forma, a violência é um instrumento ensejado pela desintegração do poder. Bolsonaro, por ter desenvolvido uma gestão pandêmica omissa, irresponsável e negligente para com a vida e a saúde pública (CEPEDISA, 2021), produziu violência contra o próprio povo, e não uma política de saúde pública.

Ao falar sobre os limites da manipulação, Arendt (2022a, p. 41) diz que “Os homens podem ser “manipulados” por meio da coerção física, da tortura e da fome, e suas opiniões podem formar-se arbitrariamente em função da informação deliberada e organizadamente falsa”. Em 2020, o país teve um aumento de 1,6% na taxa média de desemprego, em relação ao ano anterior, atingindo a marca de 13,5% de desempregados²¹, e o número de 19 milhões de cidadãos/ãs passando fome²². Em março de 2021, no Brasil, a Covid-19 atingiu coeficiente de letalidade de 2,46%, acima do da média mundial de 2,27%.

Nesse contexto, informações, deliberada e organizadamente falsas, propagadas por Bolsonaro, como a da imunidade de rebanho, do *chip* comunista, da transformação em jacaré dos vacinados com Coronavac, da associação da vacina ao vírus HIV, objetivaram toldar “a habilidade do povo para distinguir entre verdade e mentira no nível factual” (Arendt, 2021, p. 168). Pois os viciados na

manipulação, “difícilmente percebem a realidade das coisas” (Arendt, 2022a, p. 41). Como consequência, em 2021, de acordo com o Relatório da CPI da Pandemia (Brasil, 2021), o país registrou o maior número mundial de óbitos covidianos.

João Doria, apesar de ter sido eleito na esteira do bolsonarismo – “BolsoDória” –, com a pandemia se desvinculou politicamente de Bolsonaro. Diante do fato de ter levantado o debate da urgente e necessária compra das vacinas, atualizou a experiência da liberdade, fazendo um novo início. A política é uma questão de vida e de morte, de natalidade e de mortalidade humanas. Ou seja, o princípio da política é o da “contestação do medo da morte” (Lafer, 2022, p. 12). O ano de 2020 promoveu o confronto com a excessiva fragilidade, futilidade e mortalidade humanas. Urgia pôr em movimento algo que não estava na realidade, a imunização coletiva contra a Covid-19, que, até hoje, é o único recurso capaz de pôr fim a uma epidemia causada por vírus.

De 11/03/2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o mundo vivia uma pandemia causada pelo vírus *Sars-Cov-2*, a 26/08/2020, quando a empresa farmacêutica *Pfizer* enviou três propostas de venda de seu imunizante em desenvolvimento, ao Ministério da Saúde, oferecendo 70 milhões de doses da vacina contra a Covid-19, com prazo de entrega do primeiro lote para 20/12/2020, conforme terceira proposta apresentada no dia 26/08/2020, o Brasil registrava mais de 120 mil vítimas fatais da doença. Somente em 04/12/2020, o Ministério da Saúde fez formalmente uma contraproposta à referida empresa. Sendo que, em 31/12/2020, o número de vítimas ultrapassava a marca de 194 mil mortes, apenas oito meses depois (Brasil, 2021; Ventura; Reis, 2021).

O Governo Federal, além de ignorar as interpelações feitas pela *Pfizer*, recusou a proposta de compra da vacina da empresa pelo valor de US\$ 10/dose, no primeiro contrato, por considerá-la cara. Mas, estava em vias de negociação com a empresa farmacêutica indiana *Bharat Biotech* para a compra da vacina Covaxin pelo valor de US\$ 15/dose. Nesse contexto, Bolsonaro, ao ser questionado, se manifestou dizendo, em 11/02/2021, com 236.201 mortes covidianas registradas: “o cara que entra na pilha por vacina é um idiota²³”. De acordo com o CEPEDISA (2021), houve uma estratégia intencional de disseminação da Covid-19, promovida de forma sistemática pelo Governo Federal.

Essa estratégia foi implementada através de atos e omissões, quais sejam: defesa da tese da imunidade de rebanho e do “kit covid”, convertido em política pública; estimativas sem fundamento do número de óbitos e da data de término da pandemia; descumprimento de medidas sanitárias preventivas; banalização das mortes e sequelas da doença; difusão da ideia de que morreriam apenas pessoas idosas e com comorbidades ou que não tivessem acesso ao tratamento precoce, explicitando a descartabilidade dos/as “improdutivos/as”; obstrução sistemática das medidas de contenção promovidas por estados e municípios, justificada pelo falso dilema entre vida e economia; adoção de

medidas apenas quando provocado por outras instituições; ataques a críticos da resposta federal, incluindo a imprensa; e consciência da irregularidade de determinadas condutas.

Soma-se a isso a lentidão na tomada de decisões, como o fato de que, em 24/06/2020, o Tribunal de Contas da União (TCU) alertou a Casa Civil sobre a ausência de diretriz estratégica inteligível de enfrentamento à Covid-19; e de um plano de comunicação coordenado e abrangente, que pudesse salvaguardar os recursos públicos, maximizando os resultados de contenção do vírus e efetivando a coordenação e a articulação política entre os envolvidos na diretriz. Outro fato foi a não-homologação da terceira versão do Plano Geral de Enfrentamento à Covid-19 para Povos Indígenas, pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, em 18/12/2020. Para o ministro, a União não ofereceu, minimamente, um plano com elementos essenciais voltados para a manutenção da vida e da saúde dos povos indígenas (CEPEDISA, 2021).

Para a CPI da Pandemia (Brasil, 2021), o uso da Administração Pública Federal para a disseminação de mentiras, desinformou a população brasileira, gerando confusão, agravando os riscos relacionados à saúde e aumentando a ocupação de leitos hospitalares e o número de mortes. O Governo Federal violou, na pandemia, a Constituição de 1988, que apresenta: no caput do artigo 5º, a inviolabilidade do direito à vida; no artigo 6º, a educação, a saúde, a previdência social e a assistência aos desamparados como direitos sociais; no artigo 24, inciso XII, que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde; no artigo 196, a saúde como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988).

O estudo do CEPEDISA (2021), ao chamar atenção para o fato de que políticas públicas de saúde devem ser orientadas de forma científica e não por viés ideológico, explicita o seguinte: uma parcela considerável da população brasileira, diante de um morticínio inédito, se sentiu à vontade em ser indiferente com o sofrimento e a morte evitáveis. Essa parcela escolheu apoiar um viés ideológico que implementou necropolítica, a seguir as orientações científicas de contenção de um vírus mortal. Para além da catástrofe político-sanitária, implementou-se uma catástrofe moral. Conforme palavras de William Haseltine, presidente da *ACCESS Health International*²⁴: “a imunidade de rebanho é outro nome para assassinato em massa” (*ibid*, p. 24). Mas, em que momento, essa parcela populacional se tornou uma engrenagem desumana?

5 EXTREMISMO DE DIREITA: mentiras e autoengano

O falso dilema economia *versus* vida, visando a criação de uma realidade ficcional, leva à indagação arendtiana: seria a mentira inofensiva na ação política enquanto substituta dos meios mais violentos? Lembrando que força e violência, para Arendt (2009), não fazem parte da coisa política. Pois o mundo humano depende para perdurar de pessoas propensas a dizer aquilo que é como é.

Com os regimes totalitários, na Europa, no século XX, a sociedade ocidental passou a se defrontar com a criação do sem significado (Arendt, 2012), exemplificado pela não consideração governamental de 101 *e-mails* referentes à oferta de uma vacina para uma doença letal e por um ex-presidente que governou mediante mentiras (Brasil, 2021). Essas constatações escancaram a importância da palavra no debate entre ideias e conceitos diferentes na produção de novos saberes e o imenso prejuízo da ausência desse debate.

Pois o conhecimento precisa ser posto à prova para que não seja uma percepção ilusória, como as mentiras tão massivamente utilizadas no e pelo Governo Bolsonaro, na contraposição à pluralidade humana. Especialmente, no campo político contemporâneo, em que a hegemonia comunicacional, para além da palavra, aprofunda o uso da imagem (uso das mãos pelo bolsonarismo para representar um fuzil) como arma na massificação da mentira (Platão, 2010; Arendt, 2012; Catroga, 2020).

O espaço da política, que usa a violência, produz o engano e a mentira. Na análise das ações nazistas, Arendt (1999, 2022a) afirma que o seu sucesso esteve ligado duplamente à convivência/cooperação do povo alemão, sustentado na apatia política, e ao uso de “regras de linguagem” para abafar mentiras. O uso de um sistema de linguagem visava impedir as pessoas de associarem as atrocidades nazistas com o conhecimento do que era assassinato e mentira, em um processo de aprendizagem do mal. Além disso, mantinha as pessoas submissas e reforçava a ampliação do poder perverso do mentiroso. Este testa as condições políticas gerais para observação da reação tanto da população quanto de outros países, fazendo a separação entre aqueles considerados tolerados e desejados e os considerados intolerados e indesejados. No caso brasileiro, no início da pandemia, as mortes de idosos/as e de pessoas com comorbidades eram consideradas irrelevantes. Pois pessoas idosas, no sistema capitalista, são consideradas economicamente improdutivas.

A diligência e habilidade do mentiroso estão no domínio de narrativas, que se passam por verdade, levando à confusão entre verdade de fato e mera opinião por parte da opinião pública. Prática acentuada sobremaneira nas sociedades contemporâneas com a propagação midiática da “mentira organizada”. A forma moderna de mentir objetiva destruir sinais que podem desdizer a não-verdade ou

a meia-verdade. A mentira produz efeitos históricos e sociais, que se relacionam diretamente com o poder persuasivo do mentiroso e com o grau de credulidade dos seus receptores (Catroga, 2020).

A verdade, mais do que a mentira, desencadeia o ódio na maioria das pessoas. Consequentemente, a escolha entre mentira e verdade depende de uma ética da responsabilidade e da alteridade, devido à mentira degradar o mentiroso e o seu alvo e solapar as estruturas dialógicas. A desconstrução da mentira depende da confissão do mentiroso que a desmente comprovadamente ou do juízo crítico-investigativo das outras pessoas. Qualquer um desses caminhos é indissociavelmente atrelado aos conflitos do viver em sociedade e da linguagem que o institui. Dessa forma, a luta pela verdade e pela veracidade é sobremaneira mais difícil do que a adesão à mentira travestida de verdade (*ibid*).

Os discursos mentirosos e as falsas revisões do passado, da História e da ciência são discursos intolerantes caracterizados pelas paixões do medo e do ódio. Portanto, os discursos mentirosos visam desqualificar sujeitos e grupos sociais não cumpridores dos contratos sociais: “os maus cidadãos, os preguiçosos ou vagabundos, que querem o isolamento para não trabalhar” (BARROS, 2021, p. 03-04). Esse tipo de discurso é frequentemente empregado, no campo político brasileiro, pela extrema direita, que, para além da adesão afetiva e sensorial, busca impedir o estabelecimento de laços racionais, levando o destinatário a interpretar discursos mentirosos como verdadeiros. Assim, a linguagem “sempre será um projeto de poder”, pautado em um jogo discursivo de convencimento (Moreira; Lopes, 2020, p. 18).

Segundo Arendt (2009), o mentiroso faz desaparecer o elemento de imprevisibilidade do evento, tendo em vista que a realidade não agrada a integridade do bom senso e prejudica o proveito prazeroso. Por mais absurdas e sem sentido que sejam as afirmações do ex-presidente Bolsonaro sobre a vacina Coronavac transformar em jacaré os imunizados, ou ser um meio de implante de *chip* comunista, ou de conter o vírus do HIV, em um contexto de completa imprevisibilidade e incertezas, muitas pessoas acreditaram. A mentira é aceita por organizar o caos que é a realidade.

No âmbito da política, um fenômeno recente, conforme Arendt (2009), é a mentira política moderna ou manipulação em massa de fatos e opiniões, tal como realizado por Bolsonaro durante a sua gestão pandêmica. Ao contrário da tradicional mentira política que se referia a segredos autênticos ou a intenções, a mentira política moderna lida com coisas que são conhecidas por todos.

Como aliado desse fenômeno, têm-se os meios de comunicação de massa que oferecem imagens substituidoras da realidade, especialmente, no mundo virtual da *internet*. Seja como for, a mentira abriga o germe da violência. Tanto que foi o primeiro passo utilizado para o assassinato em massa, nos governos totalitários. As mentiras criadas e propagadas por Bolsonaro, nos meios de

comunicação de massa, adeptos da ética da dominação patriarcal violenta, exploradora e desumana (Hooks, 2021; 2023), durante a pandemia, estão diretamente relacionadas às mortes covidianas.

A moderna manipulação dos fatos liga-se a gigantescas organizações de interesses, que, partindo de uma mentalidade de razão de estado, criam imagens para consumo doméstico. Politicamente, isso significa que a moderna arte de autoilusão transforma uma questão externa em um problema interno. A longo prazo, o resultado é a recusa a acreditar na verdade do que quer que seja. A isso Arendt (2009) chama de processo de destruição de sentido. No âmbito da combinação nefasta de circunstâncias raras, no período pandêmico, havia pelo mundo alguns governos reconhecidamente de extrema-direita, como EUA e Hungria, com os quais o governo brasileiro mantinha proximidade, compartilhando de forma organizada as mentiras.

No embate de forças econômicas, militares e ideológicas entre os EUA e a China, devido à proximidade entre os governos Bolsonaro e Trump, as mentiras bolsonaristas acerca da vacina chinesa visaram uma queda de braço internacional, indiferente ao adoecimento e morte de centenas de milhares de pessoas. A esfera política é limitada por tudo aquilo que os homens não podem modificar conforme sua vontade, devido à impossibilidade de abarcar a existência humana e o mundo como um todo. Aquilo que não pode ser modificado, para Arendt (2009), é a verdade. E a verdade é que as mais de 700 mil mortes por Covid-19, no Brasil, foram mortes políticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bolsonaro, em sua trajetória política, fez/faz uso de discursos mentirosos voltados para a morte, utilizados como plataforma eleitoral da necropolítica extremista de direita. Suas falas e ações contrárias às medidas de contenção pandêmica visaram manter o isolamento social, já que isolamento é impotência. Um povo impotente é incapaz de se contrapor à educação política da morte.

O adoecimento e as mortes covidianas em conjunto com as mentiras e os discursos de ódio propagados por Bolsonaro e pelo bolsonarismo criaram o terrorismo indispensável para o medo e a insegurança coletivos, reforçados pelo contexto econômico de precarização da vida e do trabalho, com aumento da miséria, da fome e, conseqüentemente, da frustração, do desespero, do desamparo e do ressentimento.

A necropolítica bolsonarista reforçou o problema social da morte, qual seja, a dificuldade de identificação dos vivos com os moribundos; rotinizou o espetáculo e a banalização da violência, do sofrimento e da morte, sem tirar esta última de sua posição de tabu; empurrou para os bastidores da sociedade a morte e os moribundos, que ficaram ainda mais isolados. Processo exponenciado pelo

necropoder de um governo que, direta e indiretamente, educou para a indiferença uma parcela considerável da população brasileira, que ainda o apoia.

Bolsonaro, como implementador da política, não de combate, mas de disseminação do vírus *Sars-Cov-2* e de prorrogação pandêmica, atuou como um mercador da morte, implementando com sucesso o arcabouço ideológico do extremismo de direita e confirmando a crença de que se tudo é possível, tudo pode ser destruído.

Destruíu os direitos constitucionais à vida, à saúde e ao bem-estar, fazendo da pandemia um palanque político. A necropolítica bolsonarista revelou a catástrofe moral brasileira. Como o mal é uma escolha humana, necessitando do espaço relacional entre os homens para se efetivar, as ações do governo bolsonarista, no primeiro ano pandêmico, foram a “encarnação” da banalidade do mal e um exercício bem-sucedido do extremismo de direita que, desde então, tem avançado, no país.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. A comunidade moral bolsonarista. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia de Letras, 2019, p.57-70.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **As origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Liberdade para ser livre**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2018.

_____. **Pensar sem corrimão**. Compreender 1953-1975. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022^a.

_____. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2022b.

_____. **O que é política?** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022c.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARROS, Diana. L. P. de. A mentira e o humor no discurso político brasileiro. **Estudos Semióticos** [online]. v.17, número 1. Dossiê especial: GT de Semiótica da ANPOLL "Semiótica e vida social". São Paulo, pp. 1-12, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/esse/article/view/182077>. Acesso em: 2 mar. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [Constituição da República Federativa do Brasil \(senado.leg.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 abr. 2022.

_____. Congresso. **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia**. Relatório Final, 1180p., 2021. Disponível em: [Relatório da CPI da Pandemia - Atividade Legislativa - Senado Federal](http://www.senado.gov.br/comissao-parlamentar-de-inquerito-da-pandemia). Acesso em: 25 abr. 2022.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 46-137.

CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 2022.

CATROGA, Fernando. O abscondito da mentira. **Revista de Estudos Literários** [online], Universidade de Coimbra, 10, p. 711-728, 2020. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rel/article/view/2183-847X_10_36. Acesso em: 15 jan. 2022.

CEPEDISA. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19**. São Paulo: USP, 2021. Disponível em: [CEPEDISA-USP-Linha-do-Tempo-Maio-2021_v2.pdf](http://www.cepedisa.usp.br/linhas-do-tempo). Acesso em: 15 out. 2022.

Em 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas. **Aos Fatos**. Atualizado em 30/12/2022. Disponível em: [Aos Fatos | Todas as declarações de Bolsonaro](http://aosfatos.com.br). Acesso em : 7 jan. 2023.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

_____. **O feminismo é para todo mundo**. Políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2021.

LAFER, Celso. Prefácio. In: ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022, p. 9-13.

MATTA, Gustavo C. *et al.* **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Editora Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320-01.pdf>. Acesso em: 15/04/2022..

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Artes & Ensaios. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ** [online], n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: [Necropolítica | Mbembe | Arte & Ensaios \(ufrj.br\)](http://www.ufrj.br/ppgav/revista). Acesso em: 10 jan. 2021.

MOREIRA, Fernando; LOPES, Joyce. Entrevista com a profa. Dra. Diana Luz Pessoa de Barros: a estratégia enunciativa dos discursos de ódio que marcam ambientes políticos e sociais na contemporaneidade. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais [online], Araraquara, n. 28, p. 17-26, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14184>. Acesso em: 12 mar. 2022.

MUNIZ, Érico S. A interiorização da covid-19 na Amazônia: reflexões sobre o passado e o presente da saúde pública. **Blog de HCS-Manguinhos**. Publicado em 08/06/2020. Disponível em: Especial Covid-19 | A covid-19 em favelas: vulnerabilidades sociais e auto-organização em Manguinhos (fiocruz.br). Acesso em: 20 jun. 2020.

PLATÃO. **Teeteto**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Serviço de Educação e Bolsas, 2010.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. **A bailarina da morte**. A gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SINGER, Merril C. *et al.* Syndemics, sex and the city: Understanding sexually transmitted diseases in social and cultural context. **Social Science & Medicine** [online], 63, pp. 2010–2021, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S027795360600267X?via%3Dihub>. Acesso em: 10 jan. 2021.

VENTURA, Deisy de F. L.; REIS, Rosana R. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. **Direitos humanos na pandemia**: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil. São Paulo, n. 10, p. 06-31, 2021. Disponível em: [boletim-direitos-na-pandemia.pdf](#) (poder360.com.br). Acesso em: 20 maio 2022.

VERAS, Lana. **Aqui se jaz, aqui se paga**: a mercantilização da morte, do morrer e do luto. Curitiba: Appris, 2015.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.

Notas

¹ Link da matéria: Lula X Bolsonaro foi a disputa mais acirrada da história; veja números

² Link da matéria: Em meio à pandemia, Brasil tem festas e aglomerações com a proximidade do Ano Novo | Coronavírus | G1 (globo.com)

³ Link da matéria: Brasil do desemprego recorde tem vagas em fábricas de caixões - BBC News Brasil

⁴ Link da matéria: 'Maricas', 'histeria', 'não sou coveiro': relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19 - Saúde - Estadão (estadao.com.br)

⁵ Link: "E daí?", diz Bolsonaro sobre Brasil superar China em mortes por Covid-19 (correio braziliense.com.br)

⁶ Link: O Tempo Não Para - Cazuza - LETRAS.MUS.BR

⁷ Campanha "Brasil não pode parar" lançada em março de 2020 pelo Governo Federal, em seu perfil oficial no *Instagram* contra as medidas de "isolamento social". Devido às críticas, o vídeo da campanha foi retirado do perfil. Mas pode ser encontrado no *YouTube*, no *link*: Governo lança campanha "O Brasil não pode parar" - YouTube.

⁸ Música Chico Brito (2012), composição de Afonso Teixeira e Wilson Batista.

⁹ Link: Aos Fatos | Todas as declarações de Bolsonaro

¹⁰ Link da matéria: Bolsonaro em 25 frases polêmicas – DW – 29/10/2018

¹¹ Link da matéria: Cinco 'fake news' que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro | Notícias | EL PAÍS Brasil (elpais.com)

¹² Link da matéria: 'Temos de desconstruir muita coisa', diz Bolsonaro a americanos de direita | VEJA (abril.com.br)

¹³ Link da matéria: Economia não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro (cnnbrasil.com.br)

¹⁴ Link da matéria: Bolsonaro: 'Não é apenas questão de vida, mas de economia também' (cnnbrasil.com.br)

¹⁵ Link da matéria: Politização da vacina afronta ciência e coloca vidas em risco | Unicamp

¹⁶ Link da matéria: Politização da vacina contra covid-19 é estratégia para eleições presidenciais – Jornal da USP

¹⁷ Link da matéria: Politização da vacina: afinal, o que isso significa? - Estadão (estadao.com.br)

¹⁸ Link da matéria: Doria: vacina contra covid-19 pode estar disponível em janeiro (ebc.com.br)

¹⁹ Link da matéria: "Não compraremos vacina chinesa", diz Bolsonaro (uol.com.br)

²⁰ Link da matéria: Após suspensão de vacina chinesa, Bolsonaro diz que 'ganhou' de Doria (correio braziliense.com.br)

²¹ Link da informação: Desemprego registrou taxa média de 13,5% em 2020 (ebc.com.br)

²² Link da informação: Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020 | Agência Brasil (ebc.com.br)

²³ Link da matéria: 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia (poder360.com.br)

²⁴ De acordo com o portal do grupo, ACCESS Health International é uma *think tank*, um grupo consultivo e de parceria de implementação na área da saúde, criada em 2007, na Índia, que visa inovar, colaborar e transformar o direito aos cuidados de saúde de alta qualidade a preços acessíveis (fonte: ACESSO – Saúde Internacional (accessh.org)).